

A SOCIO-ANTROPOLOGIA URBANA: DA SOCIOLOGIA URBANA AO ESTUDO DA CIDADE DEFINIDA COMO UM MUNDO DE RELAÇÕES

THE URBAN SOCIO-ANTHROPOLOGY: FROM URBAN SOCIOLOGY TO THE STUDY OF THE CITY DEFINED AS A WORLD OF RELATIONSHIPS

Jair Araújo de Lima

jairpopper@hotmail.com

Mestrando em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais.

Rita de Cássia Fazzi

rfazzi@pucminas.br

Doutora em Sociologia pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ). Professora do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais.

RESUMO

O artigo consiste num ensaio teórico, realizado a partir de uma pesquisa bibliográfica, que se propõe a fazer um panorama sobre as produções em sociologia e a antropologia urbana. Textos clássicos e contemporâneos são abordados. Os autores compreendem que existe uma tendência, recente, de se unificar as contribuições da sociologia e da antropologia urbanas na disciplina socio-antropologia urbana, na qual as implicações mútuas e cooperações contemporâneas das duas disciplinas clássicas são sintetizadas num núcleo teórico-metodológico fundamental: a cidade passa a ser concebida como mundo de relações, contexto relacional e simbólico. Afirma-se a coexistência de várias correntes e metodologias de análise no campo de estudos urbanos e a pertinência da multidimensionalidade de escalas sobre urbano.

Palavras-Chave: Sociologia urbana. Antropologia urbana. Socio-antropologia urbana.

ABSTRACT

This article is a theoretical essay, realized from a bibliographical research, which aims to overview productions in sociology and urban anthropology. Classical and contemporary texts are addressed. The authors understand that there is a recent trend to unify the contributions of sociology and urban anthropology in the urban socio-anthropology discipline, in which the mutual implications and contemporary cooperations of the two classical disciplines are summarized in a fundamental theoretical and methodological core: the city happens to be conceived as world relations and relational and symbolic contexts. It is declared the coexistence of various trends and analysis methodologies in the field of urban studies and the relevance of multidimensional scales about the urban.

Keywords: Urban Sociology. Urban anthropology. Urban socio-anthropology.

“Mas o que seria, propriamente falando, o urbano? É um espaço físico, com determinadas características populacionais? É o que pode ser descoberto a partir da vivência das pessoas? É algo que pode ser definido *per se* ou apenas num contexto histórico?” (BARRETO, 1986-7, p.175).

“Serão os novos modos de vida emergentes, enquanto motivados pelos fatores de mudança social, econômica e cultural [...], meros indicadores de uma moda efêmera? Ou estamos, de fato, na presença de sinais claros da emergência de novas formas culturais, resultantes de modificações significativas na textura social, cultural e até urbanísticas dos contextos de urbanidade e da própria estrutura socioeconômica das sociedades contemporâneas?” (RODRIGUES, 1992, p.105).

INTRODUÇÃO

Este artigo consiste num ensaio teórico que se propõe a fazer um panorama sobre as produções em sociologia e a antropologia urbana. Textos clássicos e contemporâneos são abordados – numa revisão da literatura – para demonstrar as relações, antigas e recentes, entre as produções sociológicas e antropológicas sobre o urbano.

DO DUALISMO URBANO-RURAL À SOCIO-ANTROPOLOGIA URBANA: CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Há tempos que o estudo do “urbano” não mais é realizado em oposição ao “rural” (SILVA; ROCHA, 2011). Embora, em seus inícios, o dualismo urbano-rural tenha dominado os campos da sociologia urbana e da sociologia rural (REDFIELD, 1956), em razão de um romantismo moral que pairava sobre essas duas disciplinas, sendo o rural concebido como o bucólico, a condição “pura” da vivência humana e o urbano como sendo a destruição daquele estado de coisas. Por isso, Agier (2011 [2009]) informa que “o ponto de partida das pesquisas urbanas foi uma concepção idealizada do mundo rural [...]” (p.64). Isso, pelo fato de que *um tipo* de postura clássica – do romantismo alemão e do marxismo que foi seu herdeiro e sucessor moderno – sobre o tema pressupunha a hegemonia da industrialização e da urbanização na civilização moderna. O saudosismo romântico tem sido superado nos dois campos (SOROKIN, 1981). Todavia, cada uma dessas disciplinas segue no enalço das “especificidades” de seus objetos que continuam inter-relacionados, por consistirem em polos complementares de uma mesma realidade: a moderna sociedade industrial e a contemporânea sociedade pós-industrial (MORMONT, 1989, 1997). Por isso, a sociologia urbana e a rural permanecem como “recortes” necessários aos estudos sobre as formas de grupalidade campestinas e metropolitanas (MENDRAS, 1969; JOLLIVET, 2001). Castells (1983 [1972]) já observava: “[a urbanização] não se define [...] unicamente por oposição à *rural*, mas por um conteúdo específico que lhe próprio, sobretudo num momento em que a urbanização generalizada e a interpenetração das cidades e dos campos tornam difíceis sua distinção empírica.” (p. 134).¹

Depois do marxismo clássico, foi Ferdinand Tönnies (1947 [1887]) quem deu grande contribuição à concepção saudosista do rural e pessimista do urbano. Durkheim (2004 [1893]), num primeiro momento de sua “*A divisão do*

trabalho social” (1893), adota de Tönnies (e do romantismo alemão que este herdara) a percepção de que o avanço da civilização não é acompanhado do aumento da felicidade geral dos indivíduos nas sociedades desenvolvidas. A moral desenvolvimentista típica da modernidade terminaria por lançar a maioria dos membros das sociedades modernas no reino da “anomia”. Contudo, num segundo momento de sua obra, Durkheim se permite enxergar – afora o perigo da anomia pelo crescente enfraquecimento das “forças morais” da sociedade – um desenvolvimento positivo dos modos de vida e da individuação no cenário social emergente de sua época. (BESNARD, 1993).

Simmel (2006 [1917]) rompe com o saudosismo romântico alemão e tem uma visão positiva da liberdade dos indivíduos em sociedade, sendo esta (sociedade) para ele “um círculo de indivíduos que estão, de uma maneira determinada, ligados uns aos outros por efeito de relações mútuas, e que por isso podem ser caracterizados como uma unidade [...]” (p. 18). A sociedade para Simmel, portanto, “não é, sobretudo, uma substância, algo que seja concreto para si mesmo. Ela é um *acontecer* que tem uma função pela qual cada um recebe de outrem ou comunica a outrem um destino e uma forma. Em busca apenas do que é tangível, encontraríamos somente indivíduos e, entre eles, nada além do espaço vazio.” (SIMMEL, 2006 [1917], p.18, grifo original). Estudar o “urbano”, portanto, desde Simmel (1979 [1902]), é estudar as relações entre os indivíduos nas grandes metrópoles, “se trata de alcançar a compreensão de um segmento da vida social.” (LAMY, 2006, p. 216). O “espaço” visado por Simmel é o espaço *relacional*, uma configuração simbólico-concreta em que acontece “a interação psíquica entre os indivíduos” (SIMMEL, 2006 [1917], p. 15) e em que “esses indivíduos reciprocamente se modificam”. (SIMMEL, 2006 [1917], p. 19).

A concepção simmeliana de “sociedade” e de “urbano” é marcante nos primeiros estudos de sociologia urbana da escola de Chicago (GRAFEMEYER; JOSEPH, 1980) e tem possibilitado trocas interdisciplinares entre as fronteiras do conhecimento sociológico e antropológico sobre o “urbano”, (DA MATTA, 1991; VELHO, 1980), sobre as “sociedades complexas” (VELHO, 1994, 2002, 2011, 2013; VELHO; KUSCHNIR, 2003) ou as grandes metrópoles (MAGNANI; TORRES, 1996).

Em razão dessa influência simmeliana tanto sobre a produção sociológica quanto sobre a antropológica dos estudos urbanos, tem sido realizada recentemente uma experiência de fusão significativa entre as duas disciplinas (“sociologia urbana” e “antropologia urbana”) numa única disciplina, a “socio-antropologia urbana”, que abrange e comporta as produções oriundas desses dois campos das ciências sociais. A socio-antropologia urbana tem sido, assim, uma *quase-disciplina* (pois, ainda não foi institucionalizada, embora exista em programas de pós-graduação no Brasil e no mundo), que procura dar conta dos atravessamentos e imbricações das incursões da sociologia e da antropologia sobre o “urbano” concebido como “fenômeno” de dimensão, sobretudo, simbólica e cultural. Sob a influência de Simmel, a sociologia e a antropologia urbanas sempre presumiram que não existe espaço neutro, seja em Park (PARK, 1979 [1925]), seja em Wirth (1979 [1938]) ou, mesmo, num estudioso do sistema de castas indianas como Dumont (1997 [1966]), o espaço é marcado por hierarquias simbólicas, sistemas de organização social (Cf. VELHO; MACHADO, 1976; VELHO, 1994) e *mixité*² (JAILLET-ROMAN, 2005).

A *quase-disciplina* socio-antropologia urbana tem sido pensada, por alguns especialistas oriundos desses dois campos, tanto no sentido de desfazer os equívocos relacionados à oposição rural-urbano (SILVA, 2012) quanto no sentido de unificar os achados da sociologia e antropologia urbanas e ratificando a compreensão da: “[...] análise da cidade como espaço, mas também, e sobretudo, como um agrupamento de populações e símbolos; [assim] a socio-

logia urbana é o estudo de um conjunto integrado onde vivem os cidadãos [e cidadãos].” (LAMY, 2006. p. 216). Nestes termos, a “abordagem transdisciplinar” (GIMÉNEZ, 2005) neste campo tem sido reputada como necessária e fundamental. A proposta de uma socio-anthropologia urbana está pautada numa concepção desespacializada da cidade, sendo esta concebida como um “mundo de relações”. Agier (2011 [2009]) tem apontado para a necessidade de, ingressarmos no estudo do “urbano”, nos desvencilharmos dos entraves que o “espaço” pode lançar sobre as reflexões mais relevantes a serem realizadas neste campo. O “espaço”, em suas dimensões exclusivamente físicas, seria o objeto da geografia física e, até mesmo, a geografia humana, populacional ou cultural (GIMÉNEZ, 2005) deixaria este objeto nas mãos daquela disciplina que o abordaria, nestes termos, de forma que lhe é mais apropriada.

Desde seus inícios, a escola ecológica propõe que: “Uma definição *sociologicamente significativa* do que seja cidade procura selecionar aqueles elementos do urbanismo que a marcam como um modo distinto de vida dos agrupamentos humanos. (WIRTH, 1979 [1938], p. 92, grifo nosso). Pelo que por “urbanismo [...] [compreende-se] [...] aquele complexo de caracteres que formam o modo de vida peculiar das cidades. (WIRTH, 1979 [1938], p.96). Conforme propõe Wirth (1979 [1938]):

“O urbanismo como um modo de vida característico pode ser abordado empiricamente de três perspectivas inter-relacionadas: 1) como uma estrutura física consistindo uma base de população, uma tecnologia e uma ordem ecológica; 2) como um sistema de organização social envolvendo uma estrutura social característica, uma série de instituições sociais e um modelo ‘típico’ de relações sociais; 3) como um conjunto de atitudes, de ideias e uma constelação de personalidades dedicadas a formas ‘típicas’ do comportamento coletivo e sujeitas a mecanismos característicos de controle social.” (p. 107).

Reconhecendo a contribuição de Wirth e tentando fundamentar uma abordagem empírica para a perspectiva marxista da “questão urbana”, Saunders (1986) propõe que se conceba a sociologia urbana como uma disciplina cujo interesse está, sobretudo, na *organização social* inscrita no espaço ou território. Neste caso, o “objeto” fundamental do estudo da sociologia urbana não seria o “espaço” enquanto território, enquanto dimensão física, nem a organização espacial da sociedade. Interessaria aos pesquisadores do “urbano” os *processos sociais* inscritos num espaço territorial determinado. Enfim, Saunders (1986) propõe uma sociologia urbana não-espacial, ou desespacializada, cujo objeto de estudo não seria a “cidade” em seu aspecto concreto, territorial, nem o “problema do espaço”. Segundo Giménez (2005), “a antropologia e a sociologia tendem a definir-se, em nossos dias, como ciências empíricas de observação do mundo histórico que, por definição, é indissociável de um determinado contexto *espaço-temporal*.” (p. 08, grifo nosso). A introdução do “contexto espaço-temporal”, portanto, já redimensiona o olhar do observador empírico para o além do espaço-geográfico, uma vez que o “temporal” inclui o espaço-histórico e o espaço-vivencial. A acepção cultural fica evidente quando, pela dimensão temporal, elucida-se que o território existe como espaço “apropriado”. (Cf. GIMÉNEZ, 2005). Pelo fato de que “a Teoria Sociológica [e antropológica] não é uma aventura especulativa ou conglomerado de abstrações rarefeitas. [Antes] Deriva-se de descobertas feitas por pesquisas meticolosas e nelas se baseia” (ABEL, 1972, p.127). O espaço social estudado pelos sociólogos e antropólogos é visto como um povoado de pessoas agindo uma sobre as outras, comercializando coisas, ideias, valores, sentimentos, atitudes, estilos de vida e concepções de mundo, criando e transformando os cenários e estruturas sociais em que vivem e sendo por estes condicionados, mas nunca determinados plenamente.

A SOCIOLOGIA URBANA: ENTRE O CLÁSSICO E O EMERGENTE

A sociologia urbana é um campo de disputas teóricas no qual “é possível refletir sobre diferentes ênfases: nas esferas política, cultural, econômica, psicológica, estética que permeiam definições e análises sobre ‘cidades’ e o ‘urbano’.” (MOURA, 2013, p. 02). Ao passo que a *cidade* é um conceito relacionado à materialidade descritível e quantificável do espaço concreto, o “urbano” demarca-se por meio de acepções qualitativas do espaço simbólico. Wirth (1979 [1938]) deriva o fenômeno simbólico *urbanismo* tanto da espacialidade concreta quanto da organização social (estruturas institucionais, hierarquias, concorrência e cooperação, modos de vida, etc.) da sociedade comercial que é cidade. Relacionado, *também*, à espacialidade da cidade, o “urbano” é um fenômeno de dimensões múltiplas (NASCIMENTO; BITENCOURT, 2008) e *suplanta o espaço físico* para tornar-se dimensão desespecializada (AGIER, 2011 [2009]).

Sendo fenômeno múltiplo, o urbano comporta uma pluralidade de formas de apreendê-lo. Conforme Hiernaux (2006):

“As leituras da cidade atual propostas agora pelos analistas são muito diferentes e respondem a correntes de pensamento ainda mal estabelecidas ou pouco consolidadas depois da derrubada dos grandes discursos: desde as propostas pós-marxistas de David Harvey (2003) ou Neil Smith (1996), passando pela sociologização do discurso da globalização que sugere a obra de Saskia Sassen (1991), até as versões mais centradas na cultura que propõem Nestor García Canclini (2004) ou Armando Silva (1992), estamos diante de uma inescusável multiplicidade de vozes que pretendem decifrar a cidade contemporânea. Todas, à sua maneira e no marco das limitações mas também das potencialidades que trazem consigo de seus enfoques, aportam algo ao estudo da cidade atual.” (p. 197).

O certo é que em relação aos escopos denominados “cidade” e “urbano” há uma constante disputa *ideológica* travada não somente no âmbito *intradisciplinar* – entre as vertentes teóricas oriundas da sociologia –, mas também em escala *transdisciplinar*, pelas rivalidades constitutivas das heterogêneas e complementares disciplinas que dividem transversalmente o mesmo objeto de estudo (FORTUNA; LEITE, 2009; VALLADARES VIELMAN, 2012).

Nunes (2012) descreve bem o contexto multidisciplinar da temática urbana:

“Uma das características peculiares da temática urbana é a de permitir a interface com diferentes disciplinas científicas (história, geografia, economia, entre outras) numa constante troca de referências, gerando um campo de trabalho peculiar dentro da nossa área. Entre as disciplinas que se debruçam sobre a cidade há uma permanente disputa pela hegemonia no tratamento da questão urbana, hegemonia esta que se mede em termos de reconhecimento, prestígio, poder e recursos institucionais e materiais de pesquisa. Tais disciplinas estabelecem os princípios que regulam as relações sociais em tela, e os pesquisadores vão escolhendo os termos com os quais são definidos os seus estudos. Há, em vários momentos, assimetrias entre os campos científicos que se ocupam da questão urbana, em razão da própria história de cada um e da sua capacidade de impor a legitimidade de seus paradigmas.” (p. 443).

O certo é que um estado de aberta *controvérsia* teórico-metodológica é a situação atual do campo de estudos do “urbano” e o que poderíamos denominar de “nova sociologia urbana”, neste campo, são os prolongamentos teóricos das duas perspectivas – que se multiplicam em diversos matizes – predominantes

no campo: a perspectiva ecológica e a perspectiva marxista. A sociologia urbana de Chicago já nasceu etnográfica uma vez que foi praticada por sociólogos e antropólogos que – atuando conjuntamente num mesmo departamento³ – se interessaram por realizar o método da “pesquisa participante” como estratégia para “o estudo da vida de grupos humanos.” (DENZIN; LINCOLN, 2006, p. 15). Desta maneira:

Os estudos comunitários qualitativos sobre o outro étnico proliferaram a partir do início do século XX até a década de 1960, e incluíram o trabalho de E. Franklin Frazier, Robert Park e de Robert Redfield e seus alunos, bem como de William Foote Whyte, dos Lynds, de August Hollingshead, de Herbert Gans, Stanford Lyman, Arthur Vidich e Joseph Berman.” (DENZIN; LINCOLN, 2006, p. 26).

A antropologia urbana, por ter a abordagem empírica da etnografia como método de pesquisa, tem conquistado elevado grau de acumulação teórica nos estudos urbanos, desvendando a realidade social global a partir de dimensões mais localizadas, descortinando as “teorias nativas” dos grupos e de seus membros nos espaços povoados por pessoas de carne e osso, demonstrando como os atores atuam nas situações manipulando as normas com vistas a realizar as suas “lealdades conflitantes” (VAN VELSEN, 2010, p. 454), sendo a escola de Manchester conhecida como aquela que conseguiu relacionar processos locais a processos globais, considerando as redes de relações, os fluxos, as fronteiras e os híbridos. (HANNERZ, 1997).

A sociologia urbana marxista, em razão de uma politização excessiva – nos moldes de Lefebvre – Lefebvre (2008a [1968]), 2008b [1970]) – afastou-se, por um tempo, da tradição empírica e do enfoque culturalista da sociologia urbana de Chicago. Contudo, na França por exemplo, houve uma “descoberta” recente das etnografias urbanas da escola de Chicago, levando a sociologia urbana francesa a adotar a observação etnográfica e a adotar a perspectiva culturalista. Situação lamentada abertamente pelo marxista Topalov (1990) nos seguintes termos:

É assim que a pesquisa urbana francesa de hoje [década de 80 em diante] pode-se abandonar aos charmes da observação etnográfica e adotar novamente a linguagem do culturalismo. Ela descobre como novidade a Escola de Chicago e decide ignorar os fenômenos macro-sociais para se consagrar ao ‘objeto local’, ao ‘micro-social’, ao ‘cotidiano’. (p. 2000).

O *culturalismo e observação etnográfica* são, de fato, pedras no sapato do marxismo, uma vez que este paradigma se mostra mais propenso à macro-teorização *política e econômica* – análises macroestruturais – e a uma postura não-indutiva no estudo dos fenômenos.

Castells (1983 [1972]) já sinalizava para os limites de sua tentativa de construção de uma “grande-teoria” marxista-materialista sobre a “questão urbana”, ao admitir que qualquer recorte teórico é uma representação simplificada da realidade, uma vez que “não há coincidência entre um elemento teórico e uma realidade empírica que, sempre, contém *tudo ao mesmo tempo* [...]” (p. 194, grifo original). Os estudos empíricos derivados da escola de Chicago contribuíram para o desmoronamento das “grandes teorias” (marxismo, estruturalismo, funcionalismo, etc.) que visavam subsumir o empírico ao abstrato, o pontual ao global, sem considerar múltiplas especificidades dos fenômenos empíricos e possibilitando que a teorização desmedida e a generalização abusiva alcançassem alturas ousadas, desprezando o solo do empírico. Deste modo, as dimensões microfísicas das ações dos sujeitos sobre as estruturas globais eram tomadas por irrelevantes nas análises macroestruturais.

Castells (1983[1972]) intenta desconstruir a “tendência culturalista da análise da urbanização” (p. 39) relacionada à concepção ecológica. Essa tem sido uma tendência dos marxistas, tal como pode ser observada em Topalov (1990) e Gottdiener (2010 [1985]). Topalov lamenta-se da tendência culturalista e etnográfica da sociologia urbana recente na França. (CHETRY, 2013). O debate inaugurado por Castells – “a questão urbana” – trata-se, com efeito, de um debate entre o modelo *materialista* marxista (mais teórico) e o modelo *culturalista* de sociologia urbana praticado pela escola de Chicago (mais empírico). Topalov (1990) remonta à questão da seguinte maneira: “[...] a sociologia urbana é uma disciplina fundada na teoria, ou simplesmente um campo de investigação definido empiricamente? (p. 185).

O debate de Castells trava-se com os escritos dos pioneiros da perspectiva ecológica urbana (Park, Wirth, Mckenzie, Redfield e Burgess). As premissas dos pioneiros da escola de Chicago são apresentadas por ele como sendo *o estado da arte* dos estudos ecológicos. Neste sentido, Castells desconsidera – em sua argumentação *contra* a perspectiva ecológica – os aperfeiçoamentos e prolongamentos teóricos desta perspectiva, realizados pelos adeptos contemporâneos (à obra de Castells) da ecologia que ele terá de citar em seguida, como Dewey, Greer e Dooge (Cf. CASTELLS, 1983 [1972], p. 132), por não ultrapassarem a problemática do terreno culturalista. Na sequência, ao citar os autores que *atualizam* criticamente – isto é, realizando as devidas correções⁴ – a ecologia humana, o faz *como se* tais críticos estivessem argumentando em prol do abandono desta perspectiva (o que Castells está fazendo), quando, na verdade, eles estão (como adeptos daquela linha teórica) aperfeiçoando a perspectiva por meio dos procedimentos de refutação empírica e refinamento analítico. Basta acompanhar a sequência de citações de Castells neste capítulo (pp. 127-140) para se aperceber deste fato. Ao deliberadamente ignorar os prolongamentos analíticos da escola ecológica, tal como se observa nos títulos de artigos citados no capítulo, Castells não reconhece a *teoria explícita* do “espaço social”, adotada pelos adeptos da escola ecológica, como sendo uma teoria que sinaliza para os aspectos *materiais* dos embates geográfico-concretos (ocupação, apropriação, utilização, etc.) e *simbólicos* (classificação, valorização, precificação, etc.) do conflito social.

Park (1979 [1925]) informa-nos sobre os aspectos *materiais* e *simbólicos* que simultaneamente atuam no “espaço” denominado de “cidade”: “A cidade antiga era principalmente uma fortaleza, um lugar de refúgio em tempo de guerra. A cidade moderna, pelo contrário, é principalmente uma conveniência de comércio, e deve sua existência à praça do mercado em volta da qual foi erigida.” (PARK, 1979 [1925], p. 36). Park, então, concebe o “urbano” – tal como Wirth (1979 [1938]) irá explicitar anos mais tarde – como uma dimensão cultural, um “modo de vida”.

Michel Agier (2011 [2009]) atualiza criticamente as contribuições da escola de Chicago aos estudos urbanos, aliando-a aos estudos de *situação* da escola de Manchester, ratificando uma perspectiva cultural sobre o “urbano” e formula que “não são os limites espaciais que definem a situação, mas os da interação.” (p. 73). Assim, o “urbano” pode ser diferenciado da “cidade”, mas não nos termos de Lefebvre (2008a [1968], 2008b [1970]), de Castells (1983 [1972]) e Gottdiener (2010 [1983]), e sim naquele sentido concebido pelos adeptos posteriores da escola ecológica (Cf. LÓPEZ, 2010), isto é, no sentido de que o “urbano” consiste numa forma culturalmente específica de quadro social – o *setting* de J. Clyde Mitchell – que conforma “situações” e interações sociais num espaço concreto estruturado de organização social que é uma cidade.

O fato é que Castells recebe a crítica de Harloe (1989) por adotar uma concepção de “urbano” muito similar àquela “das primeiras teorias urbanas”

(p.83). Concretamente, a concepção de Castells (1983 [1972]) é crítica da teoria inaugural do urbano proposta pelos estudiosos de Chicago. Há, com efeito, uma leve inclinação em Castells (1983 [1972]) para ratificar a percepção de que o urbano pode ser concebido como “aquele complexo de caracteres que formam o modo de vida peculiar das cidades.” (WIRTH, 1979 [1938], p.96). Embora por “modo de vida”, Castells e os autores relacionados à escola de Chicago (inclusive Simmel e Weber como inspiradores) estão tão distantes quanto o viés marxista dista do ecológico. Para Castells (1983 [1972], “a explicação de cada modo de vida exige que a articulemos ao conjunto de uma estrutura social em lugar de nos atermos à pura correlação empírica entre um conteúdo cultural e sua localização espacial” (p.138). Essa crítica de Castells à perspectiva e ecológica/culturalista se aproxima da proposta de uma concepção desespacializada do urbano. Castells afirma que o que é denominado de cultura urbana “é um sistema de comportamento ligado à sociedade capitalista e não à forma ecológica de cidade” (Castells, 1983 [1972], p. 136) e define o urbano como estando relacionado aos processos de consumo coletivo. Assim, considera ter superado a perspectiva ideológica do urbano, na qual também inclui Lefebvre que, segundo sua interpretação, utiliza “o termo urbano para exprimir principalmente um conteúdo cultural (a obra livre)”. (Castells, 1983 [1972], p.149). Contudo, se Lefebvre inaugura um “novo enfoque relativo à cidade que *politiza a questão urbana*” (SANT’ANNA, 2003, p. 94, grifo original), ele tenta construir uma perspectiva mais *filosófica* do que empírica do campo dos estudos urbanos, como argumenta o próprio Castells (1983 [1972], pp. 141-153). Castells afirma que Lefebvre nada faz relacionado ao caráter empírico da teoria sociológica – como concebida por Abel (1972), por exemplo –, pelo contrário, o pensamento de Lefebvre sobre o urbano consiste numa “aventura especulativa”, de modo bem contrário à descrição empírica objetiva advogada por Malinowski (1976 [1922]) e Radcliffe-Brown (1973 [1952]).⁵

As perspectivas do interacionismo estrutural de Goffman (2012 [1974]) e da “sociologia das posições sociais”⁶ de Bourdieu –a *interação estruturada* por normas sociais em Goffman e a *estrutura relacional* mais politizada em Bourdieu –, consistiram em importantes contribuições amplificadoras de uma perspectiva *relacional/cultural* do espaço social, sem desconsiderar as redes de relações – estruturais inclusive – nas quais os processos interacionais estão imbricados. Goffman focaliza, prioritariamente, a *interação* e não adota uma teoria *explícita* do espaço em seus textos (Cf. FREHSE, 2008), embora, certamente, como “quadro social” o espaço seja um dos aspectos determinantes da *situação de interação*: contexto + atores + características e posições dos atores. A breve incursão de Bourdieu sobre o campo do “espaço” deu-se pela via de sua teoria dos “campos” sociais e das “posições” deles derivadas, sendo sua concepção de “espaço social” claramente marcada pela perspectiva *simbólica* do espaço, dando ênfase às *fronteiras simbólicas*⁷ que demarcam o espaço social concreto. Por isso, o teórico francês escreve:

“Não se pode romper com as falsas evidências [ilusão empirista] e com os erros inscritos no pensamento substancialista dos *lugares* a não ser com a condição de proceder a uma análise rigorosa das relações entre as estruturas do espaço social e as estruturas do espaço físico.” (BOURDIEU, 1997a, p. 159, grifo original).

E mais:

“A estrutura do espaço social se manifesta, assim, nos contextos mais diversos, sob a forma de posições espaciais, o espaço habitado (ou apropriado) funciona como uma espécie de *simbolização espontânea* do espaço social.” (BOURDIEU, 1997a, p. 160, grifo nosso).

Assim, a incursão de Bourdieu sobre o estudo do “espaço” é – similarmente à de Goffman – marcada por sua inscrição no campo da *cultura simbólica* demarcada num espaço estrutural simbolicamente determinado. O oposto das perspectivas de Lefebvre e Castells (este, em seu escrito de 1972) que submetem o simbólico ao estrutural, estando a superestrutura submetida à infraestrutura. Para Goffman e Bourdieu o “espaço social” é um tecido no qual há a atuação simultânea de fluxos e fixos. Os elementos que interagem na composição do espaço são: a materialidade *per se* do ambiente, as temporalidades coexistentes, processos e práticas, estruturas (social, política, econômica, hierarquias, etc.) e culturas (normativas, tradicionais, de resistência, emergentes).

Deste modo, percebemos que Goffman e Bourdieu devem ser incorporados ao *corpus* de produções *emergentes* no campo da sociologia urbana, uma vez que sua incursão no estudo dos “espaços” sociais, sempre plurais, sinaliza para as dimensões múltiplas dos “cenários” (Goffman), “campos” e “posições” (Bourdieu) em que os atores “dramatizam” (Goffman) e “competem” por posições e “capitais simbólicos” (Bourdieu) na trama social. Por sua importância, esses dois autores não podem ser desconsiderados nos estudos de socio-anthropologia urbana.

DA “REGIÃO MORAL” À REGIÃO SOCIOCULTURAL, AO *SETTING* E ÀS “CENAS”: A CIDADE DESESPACIALIZADA

Park é o primeiro a utilizar a expressão “região moral” para designar “uma região em que as pessoas que a habitam são dominadas, de uma maneira que as pessoas normalmente não o são, por um gosto, por uma paixão, ou por algum interesse que tem suas raízes diretamente na natureza original do indivíduo.” (PARK, 1979 [1925], p.66). Essa noção direciona o nosso olhar para uma dimensão desespacializada da cidade, uma dimensão em que o sociocultural determina o espaço não sendo determinado por este.⁸ Ela aponta para a realidade relacional da experiência urbana, para uma forma de “associação com outros de sua laia” (PARK, 1979 [1925], p. 66) em que o espaço físico fica em segundo plano e no qual a dimensão cultural implicada nos relacionamentos entre aqueles que têm afinidades morais “proporciona não apenas um estímulo, mas também um suporte moral para os traços que têm em comum. (PARK, 1979 [1925], p. 66).

Agier (2011 [2009]), ao atualizar as contribuições da escola de Chicago para o estudo do urbano, sinaliza para o fato de que “a cidade que pode ser redefinida como um *mundo de relações*, encontra-se imediatamente ultrapassada [seu espaço físico] por essas mesmas relações.” (AGIER, 2011 [2009], p. 88, grifo nosso). O que significa que “a cidadinidade” (como escreve Agier) e o urbano são fenômenos que existem “para além dos limites [espaciais] da cidade.” (AGIER, 2011[2009], p. 88). O mesmo Agier (2011 [2009]) destaca que “a região moral permite à análise aceder a uma compreensão do caráter relativo e incerto das fronteiras espaciais e identitárias da cidade” (p.73). Assim, a reintrodução do modelo de *rede de relações* – já presente tanto no texto de Weber (1979 [1921]) quanto no de Park (1979 [1925]) – implica a transformação do *espaço* em variável dependente e não absolutamente determinante. Além disso, Magnani (2002) aponta o equívoco do economicismo marxista *também* na análise urbana:

“Em primeiro lugar, observa-se a ausência dos atores sociais. Tem-se a cidade como uma entidade à parte de seus moradores: pensada como

resultado de forças econômicas transnacionais, das elites locais, de *lobbies* políticos, variáveis demográficas, interesse imobiliário e outros fatores de ordem macro; parece um cenário desprovido de ações, atividades.” (p. 14).

De semelhante modo, a cidade ou o “urbano” – conforme as concepções de Simmel (1979 [1902]), Park (1979 [1925]) e Wirth ((1979 [1938])) – não apenas é o espaço de conflitos, como supõem certas interpretações relacionadas ao marxismo, mas também de cooperação e consenso:

[...] o indivíduo encontra nas possibilidades, na diversidade de interesses e tarefas, e na *vasta cooperação inconsciente da vida cidadina* a oportunidade de escolher sua vocação própria e de desenvolver seus talentos individuais peculiares. A cidade oferece *um mercado* para os talentos específicos dos indivíduos. A *competição* pessoal tende a selecionar para cada tarefa específica o indivíduo mais adequado para desempenhá-la. (p. 36, grifo nosso).

Contemporaneamente, o conceito de “região moral” tem sido relacionado ao conceito de “cena” proposto pelos sociólogos Silver, Clark e Yanez (2010) e Silver e Clark (2015), os quais têm operacionalizado esse conceito a fim de se apreender o que denominam “o caráter qualitativo” dos espaços sociais. Para esses autores – plenamente influenciados por Goffman e pela ecologia – a “cena” refere-se às expressividades daqueles que frequentam um espaço social culturalmente *determinado* e, ainda, às práticas realizadas em tais espaços. É suposto que as interações entre as pessoas e o espaço assumem aspectos qualitativos específicos em cada “cena” social. Uma “cena” é composta pela estrutura física, o “contexto interacional” e pela tipologia específica de pessoas que costumam frequentar ou povoar esse contexto social específico e nele realizar atividades. Tem-se, portanto, o conceito de “região moral” renovado pelo conceito de “cena” e a perspectiva ecológica tanto renova-se quanto continua a ser relevante na análise do “urbano”.

Tal conceito de “cena”, no entanto – embora seus autores não sinalizem para este fato – pode ser relacionado ao conceito de goffmiano de *frame* (GOFFMAN, 2012 [1974]) e de *setting* (Cf. MITCHELL, 1987 *apud* AGIER, 2011 [2009], p.73-74). James Clyde Mitchell – de modo semelhante a Goffman – pontuara que era fundamental “pôr todo o peso da análise no contexto de interação e não no *background* dos indivíduos implicados na situação ou nas ‘culturas’ em nome das quais interagem.” (MITCHELL, 1987 *apud* AGIER, 2011 [2009], p. 74). Agier (2011 [2009]) acentua que: “O quadro social (*setting*) é ‘[...] o contexto estrutural dentro do qual as interações estão localizadas.’ É o conjunto das restrições globais suscetíveis de determinar tal ou tal aspecto da situação [...]” (p. 74).

O que, portanto, podemos ver observar na situação contemporânea da disciplina “sociologia urbana” é que a perspectiva *culturalista* da escola de Chicago continua atuante e *renovada* (FINE, 2005), ampliando seus interesses teóricos e refinando os seus conceitos. Em razão desta realidade, é que López (2010) pode falar-nos de uma atual “diversidade e fragmentação da sociologia urbana como disciplina” (p. 14). Esse estado emerge “como consequência da multiplicidade de temáticas que são tratadas – e se tratam – em seu nome”. (p. 14).

O mesmo López (2010) aponta-nos que a sociologia urbana contemporânea não lida *apenas* com o “espaço concreto”, mas também com “a trama de interrelações que se produzem nos âmbitos urbanos entre os processos sociais e as formas espaciais.” (p.14). Pelo que Agier (2011 [2009]) fala-nos da relativa independência *dos fluxos, situações e movimentos* em relação à espacialidade da (s) cidade (s). Assim, temos uma “cidade [...] mais relacional e des-espacia-

lizada” (p. 88), uma vez que “a cidade que pode ser redefinida como um mundo de relações, encontra-se imediatamente ultrapassada por essas mesmas relações [espaciais da cidade].” (AGIER, 2011 [2009], p. 88).

Contemporaneamente, em razão de especializações disciplinares, a “sociologia urbana”, a “sociologia da cidade” e a “sociologia do espaço” podem tornar-se disciplinas independentes, embora no caso das duas primeiras, isso nos parece equívoco. Uma sociologia do “espaço”, enquanto território, encaminha-se para alinhar-se à geografia física. Ao passo que a sociologia do “espaço”, enquanto cultura e dimensão simbólica, alinha-se à antropologia e possibilita cooperações mútuas que fortalecem a tendência da socio-antropologia urbana. Uma proposta estritamente materialista não considera devidamente que as *normas* tácitas da interação e as *formas* de sociabilidade existentes nos agrupamentos humanos estão fundamentadas muito mais em processos simbólicos do que em processos jurídicos normativos como uma estrutura política. O caso é que fronteiras simbólicas, fronteiras geográficas e políticas *coexistem* e atuam *ao mesmo tempo* na ordem das interações e das relações (Cf. HANNERZ, 1997). A constatação de que as fronteiras simbólicas demonstram-se, de uma certa maneira, mais influentes e poderosas do que fronteiras geográficas (BARTH, 2000) desdobra-se na percepção de que *sociologia da cidade e/ou do urbano* não mais podem ficar confinadas aos limites do espaço *stricto sensu*.

No contexto brasileiro e seguindo uma perspectiva culturalista do urbano, Velho e Machado (1976) – amparados no trabalho de Clyde Mitchell sobre os *networks* urbanos – sinalizam (já nos fins da década de setenta) para o fato de que era preciso relativizar qualquer tipo de determinismo espacial-ecológico. Com efeito, na noção de *networks* urbanos, tanto em Mitchell quanto na escola de Manchester, está implicada uma compreensão das relações entre uma estrutura (política, econômica e social) *global* e as dinâmicas *locais* dos agrupamentos afetados por tais estruturas. A questão avançou e dos *networks* relacionados a estruturas políticas e econômicas que não deixam de pesar como influência dos cenários sociais temos, contemporaneamente, os estudos do *ciber-espaço*, os quais têm demonstrado processos interativos em que a *organização social materializada* é influenciada amplamente por *processos interacionais completamente desmaterializados* fomentando o surgimento de “comunidades imaginadas-virtuais” (Cf. RIFIOTIS, 2002). Tais “comunidades são “fundada [s] sobre sistemas simbólicos e ‘tecnologias de identificação e pertença’ ancoradas em suportes informacionais e comunicacionais que unificam os indivíduos em coletividades.” (MÁXIMO, 2006, p. 30).

Magnani (2002) desconstrói a fixação teórica – sobretudo de Lefebvre (2008 [1970]), 2008 [1968]) e Harvey (2012 [2008]) – pelo *centro* enquanto espaço material fundamental de uma cidade, ao sinalizar para o fato de que *existem várias centralidades* numa metrópole⁹. O que se observa em seu artigo crítico é a recomendação de que a interação e a rede de relações sociais devem ser cada vez mais mobilizadas para apreender as ações dos atores sociais que atuam no tecido social. Cordeiro (1997), por sua vez, faz menção às “múltiplas e caleidoscópicas diversidades que organizam culturalmente uma cidade”. (p. 30).

A noção de “estratégia”¹⁰ dos atores – tanto de no sentido estabelecido por Michael Porter (1991) quanto naquele adotado por Goffman (1999[1959]) que pode ser intercambiada ao de “definição da situação” (Cf. GASTALDO, 2008, p. 150) – vem sendo aplicada aos estudos urbanos contemporâneos. Villarreal (2003) explica-nos que a noção é útil para dar vida e corpo aos atores sociais:

[...] falar de estratégia significou não somente considerar aos indivíduos e às famílias como atores sociais, mas também aceitar que esses atores têm uma margem de ação e de decisão, por mais restrita que seja. A

partir desta ideia, a noção de estratégia se instalou nos corpos teóricos de grande parte das disciplinas das ciências humanas, convidando-nos a falar de estratégias rurais, urbanas, econômicas, políticas, profissionais, de vida, de sobrevivência, de reprodução, etc. (p. 166).

Magnani (2002) demonstra que a descrição dos elementos *locais* e *interacionais* corrige os efeitos totalizantes de uma análise global/política que abre mão apontar onde estão situados e como agem os atores de carne e osso afetados pelos fenômenos globais:

“[...] há uma gama de práticas que não são visíveis na chave de leitura da política (ao menos de uma *certa* visão de política): é justamente essa dimensão que a etnografia ajuda a resgatar. A incorporação desses atores e de suas práticas permitiria introduzir outros pontos de vista sobre a dinâmica da cidade, para além do olhar “competente” que decide o que é certo e o que é errado e para além da perspectiva e interesse do poder, que decide o que é conveniente e lucrativo.” (MAGNANI, 2002, p. 15).

A dimensão política e econômica – sempre importante – é apenas *um* dos diversos elementos que compõem a complexa e heterogênea “rede de relações (trabalho, devoção, lazer, vizinhança etc.) a que [cada ator individual ou coletivo] está integrado.”. (MAGNANI, 2002, p. 26). Gane (1987) também reprova a perspectiva globalizante e *determinista* pela qual o urbano era reduzido “a uma série de funções gerais e [...] o faziam depender de estruturas centrais” (p. 03), resumindo os níveis de *escala* analítica que regressaram à sociologia urbana pelas propostas de estudo das realidades *locais*, os bairros, os modos de vida e de sociabilidade:

“Da parte das visões globais, as situações específicas e muito particulares que, para além das funções gerais e das estruturas de atividades, parecem diferenciar as cidades umas das outras e fazem com que nenhum conjunto urbano se pareça com outro, tais *especificidades* permaneciam ignoradas.” (GANE, 1987, p. 03, grifo nosso).

A reinserção das escalas *micro* e *meso* nas análises urbanas contribuiu para enriquecer o campo que vinha sendo dominado – sobretudo pela ascensão do modelo marxista – pelas análises globalizantes e estruturais. As etnografias e as pesquisas de campo sobre o cotidiano reintroduzem a dimensão microfísica dos comportamentos individuais no tecido urbano como escala de análise.

Um tipo de análise *globalizante* – contudo, não orientado politicamente e analiticamente relevante – pode ser visto em Jacobes (1969), Landry (2000) e Sassen (1999). Landry (2000), por exemplo, aplica o conceito de *criatividade* – o qual, para ele, difere de inovação – às cidades, pautado naquilo que seria o “capital social” das cidades, certamente relacionado ao conceito de *estratégia* aplicado às cidades, e de *cidades globais* presente em Sassen (1999). Parra (2011) faz a síntese das propostas de análises das cidades relacionadas aos *processos globais*, da seguinte forma:

“Se pudéssemos simplificar a história das cidades, que têm sido associados em momentos distintos de sua história aos *processos globais*, poderíamos dizer que as cidades nascem, crescem através da exploração de um recurso único e valorizado no seu território (monocultura), crescem ainda mais graças à complexificação de sua estrutura social (pelas migrações) impulsionadas pelo desenvolvimento industrial, e tendem à re-transformação ou à decadência devido às mudanças nos padrões de consumo, produção e mudanças tecnológicas globais. Isso não significa que todas as cidades percorram exatamente este caminho, mas aquelas que em algum momento se conectarem a *processos globais*

sofrerão um maior grau de complexidade do que outras cujo destino é satisfazer a demandas a nível local / nacional.” (p. 01, grifo nosso).

A multidimensionalidade de escalas analíticas nos campos da sociologia e antropologia urbana é o que podemos denominar de situação *contemporânea* do campo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Certamente, a socio-antropologia urbana não é uma disciplina científica no sentido de “campo” de estudos. Não há uma comunidade de investigadores, meios de divulgação e discussão de resultados ou centros de pesquisa que fomentem a socio-antropologia urbana enquanto disciplina ou “campo” restrito ou “autônomo”. A disciplina *acadêmica* (no sentido de *didática*) tem sido ensinada em programas de graduação e pós-graduação em ciências sociais – comprometidos com uma formação generalista em que se articulam as contribuições da sociologia, antropologia e ciência política na formação do cientista social – e em programas de pós-graduação em estudos urbanos e regionais, que consiste num “campo” que articula as contribuições conjuntas das ciências sociais e da geografia. Uma tal *disciplina acadêmica* é concebida como relevante em tais programas, exatamente pelo fato de que os mesmos trabalham com a perspectiva da transversalidade constitutiva dos fenômenos sociais (RITZER, 1975; HEYL, 1975), o “urbano” sendo um deles, e supõem a complementaridade e pluralidade das abordagens teórico-metodológicas para “objetos” comuns, bem como o aspecto multiparadigmático das ciências envolvidas com tais objetos. Valladares (2005), Eufrazio (2008) e Vidich e Lyman (2006) apontaram que a pesquisa urbana realizada pela escola de Chicago consistia numa *socio-antropologia*, até mesmo pelo fato de que os departamentos de sociologia e antropologia, nos primeiros anos de pesquisa daquela escola, eram unificados (Cf. COULON, 1995). Por este motivo, fala-se “orientação etnográfica na Universidade de Chicago” (VIDICH; LYMAN, 2006, p. 63), referindo-se às pesquisas empíricas sobre a sociedade urbana, realizadas pelo grupo de sociólogos e antropólogos de Chicago.

As contribuições mútuas entre a sociologia e a antropologia urbana é uma tendência que se mostra relevante e, a nosso ver, irreversível cuja angulação analítica privilegia as dimensões semióticas e simbólicas do “espaço” concebido enquanto “cultura”, “situação”, “*frame*”, “cena”, “cenário” ou “*setting*”. Assim como a “cidade” e o “urbano” estão “num contínuo processo de reestruturação”, do mesmo as pesquisas neste campo estão sempre a *um passo atrás* da realidade empírica que se transforma e complexifica. Uma vez que: “Reajustes [...] estão ocorrendo em cada departamento da vida social [...]”. (PARK, 1979 [1925], p. 43); estas disciplinas e as correntes que estudam uma tal realidade em transformação contínua, estão (elas mesmas) em transformação constante. Os temas e recortes se multiplicam e atualizam. A teoria sociológica e antropológica, fundamentadas que estão em pesquisas empíricas, estão sempre abertas, em busca de novos fenômenos e relações dinâmicas emergentes neste *mecanismo psicofísico* que constitui a cidade: “Uma organização, que se compõe de indivíduos em competição, e de grupos de indivíduos em competição, [e que] acha-se em um estado de equilíbrio instável, e esse equilíbrio somente pode ser mantido por um processo de contínuo reajustamento.” (PARK, 1979 [1925], pp. 40-41). Tal “processo de contínuo reajustamento” é uma realidade para o próprio campo de estudos sobre o urbano, o qual está sempre se transformando e diversificando em sua forma contemporânea. Os estudos culturais, os de redes, os estudos dos rituais e de situação e os de interação face a face, estão aí para confirmar o fato de que as relações sociais embora não dispensem a territorialidade¹¹, estão, em

sua maior parte, pautadas em *situações* em que espacialidade é deixada sob os pés dos sujeitos atuantes e a *situação interacional* e a *normatividade tácita* é o fator determinante fundamental das relações entre os sujeitos.

NOTAS

¹ Yves Schwartz (2011) demonstra como o conceito de “circularidades” entre a cidade e campo desconstruiu os argumentos dos proponentes da concepção idealizada do mundo rural e negativa do urbano: “Cidade e campo: certamente uma cristalização considerável se opera a partir da Idade Média. Mas [...] as fronteiras são nítidas, as circulações são unilaterais? Trata-se muito mais de relações hierárquicas e econômicas desiguais do que de tipos de atividades produtivas nitidamente distinguíveis. Exemplos não faltam: os empresários de seda lioneses estabeleceram a moagem na Drôme e na Ardèche camponesas, e isso se torna como uma ‘nebulosa’: como dizia há muito tempo Pierre Leon (1978), falando do século XVIII: ‘cada região têxtil torna-se uma ‘nebulosa’ de vilas de tecelões (...) dominadas pelo centro vizinho’. As circulações aconteceram sempre em todos os sentidos; os historiadores observaram bem a importância dos trabalhadores rurais no século XIX, sem falar dos polos industriais avançados, instalados em plena ruralidade, como Le Creusot ou Wesserling na Alsácia. E há também os jardins e poleiros de aves nos recintos das cidades. Também os historiadores tradicionais da protoindustrialização (Mendels, Medick), e hoje dos territórios e dos distritos (sobretudo na Itália), contribuíram para fragilizar – parcialmente – a oposição entre cidade industrial e regiões camponesas voltadas exclusivamente aos ritmos agrícolas e às técnicas rotineiras.” (p. 29). Por “circularidade” ou “circulação” deve-se entender a simultaneidade e permanência de atividades camponesas e artesãs nas comunidades industriais e urbanas e de atividades industriais e produtivas nas comunidades rurais. Schwartz (2011) cita Pierre Leon. (*Histoire économique et sociale du monde*. Tomo 4. Paris: Armand Colin, 1978.) como obra fundamental para a demonstração da existência de tais “circularidades” entre o campo e a cidade. (Cf. Schwartz, 2011, p. 43).

² Termo francês que designa a coexistência de membros de grupos sociais diferentes dispersos e acomodados num mesmo espaço social ou institucional.

³ Velho (2005) aponta que entre “1892-1929 existia um Departamento de Sociologia e Antropologia na Universidade de Chicago que veio depois a se dividir. Durante 37 anos trabalharam juntos profissionais que se interessavam tanto pela sociedade moderno-contemporânea como pelas sociedades tribais e tradicionais.” (p. 11).

⁴ O mesmo Castells (1983 [1972]) menciona pesquisadores, ligados à escola ecológica que promovem prolongamentos das proposições iniciais da escola de Chicago na análise das novas regiões metropolitanas, “cuja complexidade ultrapassa o quadro sumário do modelo de Burgess.” (p. 184).

⁵ Malinowski, em seu “*Argonautas...*”, propõe que a descrição empírica que se pretende científica não deve conter elementos especulativos, seja sobre as origens (passado) seja sobre os desenvolvimentos (presente e futuro) das instituições estudadas, como explica: “[...] no presente estudo, não estão incluídas quaisquer considerações referentes às origens e ao desenvolvimento ou história das instituições nativas. A mistura de pontos de vista especulativos ou hipotéticos com o relato de ocorrências concretas constitui, na minha opinião, um pecado imperdoável contra os princípios metodológicos da etnografia.” (MALINOWSKI, 1976 [1922], p. 84). Radcliffe-Brown, por sua vez, reprova a descrição empírica misturada à avaliação política ou moral das sociedades descritas: “Este julgamento objetivo, porque assim tem de ser se quiser intitular-se científico, é algo muito diferente de qualquer julgamento sobre quais sistemas sociais são melhores, mais desejáveis ou aprováveis.” (RADCLIFFE-BROWN, 1973 [1952], p. 226). As disciplinas normativas, como a filosofia política e a teoria política (pura) – nem mesmo a sociologia política e a ciência política podem adentrar, sem perder seu caráter de ciências empíricas – podem dar-se ao trabalho de avaliar os “melhores” e os “piores” sistemas políticos. Esse tipo de avaliação normativa, e cujo debate – desde Platão e Aristóteles – encaminha-se a mais de dois milênios, não convém a uma disciplina que se pretende empírica como a sociologia urbana.

⁶ Bourdieu (1998) escreve que: “Os agentes sociais que são constituídos como tais em e pela relação com um espaço social (ou melhor, com campos) e também as coisas na

medida em que são apropriadas pelos agentes, portanto constituídas como propriedades, estão situadas num lugar do espaço social que se pode caracterizar por sua posição relativa pela relação com os outros lugares (acima, abaixo, entre, etc.) e pela distância que o separa deles. Como o espaço físico é definido pela exterioridade mútua das partes, o espaço social é definido pela exclusão mútua (ou distinção) das posições que o constituem, isto é, como estrutura de justaposição de posições sociais.” (p. 160, grifo original).

⁷ O autor menciona as “oposições que se afirmam numa verdadeira *simbólica da distinção*: referência à unicidade da ‘criação’ e do ‘criador’, invocação da antiguidade e da tradição, da nobreza do fundador e suas atividades, sempre designada por palavras nobres, muitas vezes tomadas do inglês. (p. 162, grifo nosso).

⁸ Castells afirma que para Park “tratava-se de utilizar a cidade [...] como um laboratório social, como um local de emergências das indagações, mais do que uma fonte de explicação dos fenômenos observados”. (CASTELLS, 1983 [1972], p. 129).

⁹ Peter Berger (2004), por exemplo, mencionando as “muitas globalizações” em curso no mundo contemporâneo, afirma que “a globalização cultural [sendo um fenômeno de proporções complexas] não é *nem simplesmente* uma grande promessa, *nem simplesmente* uma grande ameaça.” (p. 27, grifo nosso). Magnani (2002), fundamentando-se em estudo etnográfico de Marshall Sahlins, menciona as resistências locais aos processos globais e que “não poucas vezes esse fluxo [global] termina fortalecendo costumes e instituições tradicionais num dos *polos*, aquele constituído pela longínqua aldeia de origem.” (p. 14)

¹⁰ Sem se inserir, diretamente, na temática da estratégia, Cordeiro (1997) desvenda as “performances” (p. 323) dos moradores do bairro da Bica, em Lisboa, os quais para “ganhar pontos num concurso” (p. 322) e “ganhar com isso, publicidade, dinheiro ou, apenas, uma existência reconhecida” (p. 322), atuam “inventando estratégias de sedução [política], [para] *chamar a atenção* [...]” (p. 323, grifo original).

¹¹ Giménez (2002) acerta ao destacar que: [...] há que se recordar que o território pode ser, em si mesmo, objeto de apego afetivo (*topofilia*) independentemente de todo sentimento de pertencimento sócio-territorial. Neste caso não ultrapassa o que alguns autores (como Parsons e os teóricos da ecologia humana) consideram como relação meramente ecológica com o território (isto é, mera localização territorial ou relações meramente simbióticas com outros agentes do entorno territorial que não implicam solidariedade alguma nem participação social). Para alcançar o nível do envolvimento sociocultural se requer todavia [...] a adesão compartilhada ao complexo simbólico-cultural de uma coletividade dentro do qual o território desempenha um papel central.” (p. 31).

REFERÊNCIAS

- ABEL, Theodore. *Os fundamentos da teoria sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1972.
- AGIER, Michel. *Antropologia da cidade: lugares, situações, movimentos*. São Paulo: NAU/ Terceiro Nome, 2011 [2009].
- ALBAREDA, David Gràcia. Los órden es del espacio y los espacios del orden. Tentativas para pensar desde el Maíz. In: *Conferência Naciendo del Maíz. Universidad Autónoma del Estado de Morelos*. Casa de la Ciencia, Cuernavaca, p. 06 - 16, Marzo, 2012.
- BARRETO, Maria Amália Pereira. Algumas reflexões sobre estilo de vida urbano. In: *Perspectivas*, v. 09, n.10, p.169-176, 1986-87.
- BARTH, Fredrik. Os grupos étnicos e suas fronteiras. In: *O guru o iniciador e outras variações antropológicas*. Rio de Janeiro: Contra-Capa, 2000, p. 25-67.
- BERGER, Peter. Introdução: a dinâmica cultural da globalização. In: _____; HUNTINGTON, Samuel. P. (Org.). *Muitas globalizações: diversidade cultural no mundo contemporâneo*. Rio de Janeiro: Record, 2004, p. 11-27.

- BESNARD, Phillipe Anomie and fatalism in Durkheim's Theory of Regulation. In: TURNER, Stephen P. (ed.), *Émile Durkheim: sociologist and moralist*. New York: Routledge, 1993, 169-90.
- BOURDIEU, Pierre. Efeitos de lugar. In: _____. (Org.). *A miséria do mundo*. Petrópolis: Vozes, 1997a, p.159-166.
- _____. O espaço dos pontos de vista. In: _____. (Org.). *A miséria do mundo*. Petrópolis: Vozes, 1997b, p.11-13.
- BORJA, Jordi; CASTELLS, Manuel. *Local y global*. La gestión de las ciudades en la era de la información. Madrid: Taurus, 1997.
- CASTELLS, Manuel. O debate sobre a teoria do espaço. In: _____. *A questão urbana*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983 [1972], p.181-199.
- _____. *A sociedade em rede: a era da informação*. Economia, sociedade e cultura. (Vol. I). São Paulo: Paz e Terra, 1999a [1996].
- _____. *O poder da identidade*. São Paulo: Paz e Terra, 1999b [1997].
- _____. *La galaxia internet*. Barcelona: Areté, 2001.
- _____. Posfácio, 1975. In: _____. *A questão urbana*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011 [1975], p. 547-590.
- CHETRY, Michael. A ciência e a cidade: entrevista com Christian Topalov. In: *E-metrópoles*. Revista Eletrônica de Estudos Urbanos e Regionais. Rio de Janeiro: Observatório das metrópoles, ano 04, n. 13, pp. 48-57, junho, 2013.
- CORDEIRO, Graça Índias. *Um lugar na cidade*. Quotidiano, memória e representação no bairro da Bica. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1997.
- DA MATTA, Roberto. *A casa e a rua*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1991.
- DENZIN, Norman K.; LINCOLN, Ivonna S. A disciplina e a prática da pesquisa qualitativa. In: _____. [Org.]. *O planejamento da pesquisa qualitativa*. Porto Alegre: Artmed, 2006, p.15-41.
- DUMONT, Louis. *Homo hierarchicus: o sistema das castas e suas implicações*. São Paulo: EDUSP, 1997 [1966].
- DURKHEIM, Émile. *Da divisão do trabalho social*. São Paulo: Martins Fontes, 2004 [1893].
- EUFRASIO, Mário A. *A Escola de Chicago de Sociologia: perfil e atualidade*. Anais do 33º encontro do CERU/USP, 2008.
- FEAGIN, Joe R. *The new urban paradigm: critical perspective on the city*. Boston: Rowman & Littlefield Publishers, 1998.
- FINE, Gary Alan. O triste espólio, o misterioso desaparecimento e o glorioso triunfo do interacionismo simbólico. In: *Revista de Administração de Empresas*. (RAE), v. 45, n. 04, out./dez. p. 87-105, 2005.
- FORTUNA, Carlos; LEITE, Rogério Proença. (Org.). *Plural de cidades: novos léxicos urbanos*. Coimbra: Edições Almedina, 2009.
- FREHSE, Fraya. Erving Goffman, sociólogo do espaço. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 23, n. 68, p. 155-166, 2008.
- GANE, Bernard. Las vicisitudes de las investigaciones urbanas: de la planificación urbana a los estudios sobre los barrios. In: *Sociológica. Revista del Departamento de Sociología de la Universidad Autónoma Metropolitana-Azcapotzalco*. Ciudad de México, año 2, n. 04, p. 01 - 08, 1987.
- GASTALDO, Édison. Goffman e as relações de poder na vida cotidiana. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. (RBCS), v. 23, n. 68, outubro, p.149-153, 2008.
- GIMÉNEZ, Gilberto. Território, cultura e identidades. La región sociocultural. In: ORTEGA, Rocío Rosales. (Coordinadora). *La globalización y regione sen México*. Editorial Miguel Ángel Porrúa-UNAM, 2000, p. 19-52.

- _____. Territorio e identidade. Breve introducción a la geografía cultural. In: *Trayectorias*. año VII, n. 17, p.08-24. enero-abril, 2005.
- _____. Os quadros da experiência social: uma perspectiva de análise. Petrópolis: Vozes, 2012 [1974].
- GONOS, George. "Situation" versus "frame": the "interactionist" and the "structuralist" analyses of everyday life. In: *American Sociological Review*. vl. 42, n. 6, p. 854-867, dec, 1977.
- GOTTDIENER, Mark. *A produção social do espaço urbano*. São Paulo: EDUSP, 2010 [1985].
- _____. FEAGIN, Joe R. El cambio de paradigmas en la sociología urbana. In: *Sociológica*: Revista del Departamento de Sociología de la Universidad Autónoma Metropolitana-Azcapotzalco, año 5, n. 12, p. 209-238, 1990 [1988].
- GRAFEMEYER, Yves; JOSEPH, Isaac. *L'Ecole de Chicago*. Naissance de l'écologie urbaine. (Collection Champs urbains). Paris: Aubier, 1980.
- HANNERZ, Ulf. Fluxos, fronteiras, híbridos: palavras-chave da antropologia transnacional. In: *Mana* [online], v. 3, n. 1, p. 07 - 39, 1997.
- HARLOE, Michael. Marxismo, Estado e questão urbana: notas críticas a duas recentes teorias francesas. In: *Espaço & Debates*: revista de estudos regionais e urbanos. São Paulo, NERU, ano IX, n. 29, p.80 - 100, 1989.
- HARVEY, David. O direito á cidade. In: *Lutas Sociais*, São Paulo, n.29, pp.73-89, jul./dez, 2012 [2008].
- HEYL, John D. Paradigms in social sciences. In: *Society*. n. 12, July/Aug. p. 61-67, 1989
- HIERNAUX, Daniel. Repensar a cidade: a dimensão ontológica do urbano. In: *GEOUSP* - Espaço e Tempo, São Paulo, n. 20, p. 197-205, 2006.
- JACOBS, Jane. *The Economy of cities*. New York: Random House, 1969.
- JAILLET-ROMAN, Marie-Christine. La mixité sociale une chimère? Son impact dans les politiques urbaines. In: *Informations sociales* (Logement, habitat, cadre de vie). n. 123 (3), mai, p. 98-105, 2005.
- JOLLIVET, Marcel. *Pour une science sociale à travers champs*. Paris: Arguments, 2001.
- LACOMBE, Marcelo S. Masset. Os fundamentos marxistas de uma sociologia do cotidiano. In: *Outubro*. Instituto de Estudos Socialistas, n. 17, 1º semestre, p. 145-172, 2008
- LAMY, Brigitte. Sociología urbana o sociología de lo urbano. In: *Estudios demográficos y urbanos*, v. 21, n. 01, enero-abril, p. 211-225, 2006.
- LANDRY, Charles. *The creativecity: a toolkit for urbaninnovators*. Bridewell Place, London: Demos, 2000.
- LEFEBVRE, Henri. *O direito à cidade*. São Paulo: Centauro, 2008a [1968].
- _____. *A revolução urbana*. Belo Horizonte: UFMG, 2008b [1970].
- LE MOS, Tiago Castro. A propósito da produção do território. Sociologia urbana e relações de poder na estruturação do território como representação política e científica. In: *Sociologia*. Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Vol. XXIII, p. 51-70, 2012.
- LÓPEZ, Sergio Porcel. *La producción social de espacio urbano: tensiones y ajustes em la (re) ordenación urbana de los territorios de Barcelona*. (Tese). Universidad Autónoma de Barcelona, 2010.
- LUQUE, Enrique Santiago Martínez. Movidito, movidito, juntitos todos juntitos. Apuntes sobre las estrategias expresivas de emisoras orientadas a sectores populares de la ciudad de Córdoba. In: *Question*, v. 01, n. 35, invierno, p. 372-396, 2012.

- MAGNANI, José Guilherme C.; TORRES, Lillian de Lucca (Org.). *Na metrópole: textos de antropologia urbana*. São Paulo, EDUSP/FAPESP, 1996.
- _____. De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 17, n. 49, p.11-29, junho, 2002
- MALINOWSKI, Bronislaw. *Argonautas do pacífico ocidental*. Um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos da Nova Guiné melanésia. São Paulo: Abril Cultural, 1976 [1922].
- MÁXIMO, Maria Elisa. Blogs: o eu encena, o eu em rede. *Cotidiano, performance e reciprocidade nas redes sócio-técnicas*. (Tese de doutorado). Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal de Santa Catarina. 2006, 286f.
- MENDRAS, Henri. A cidade e o campo. In: QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. (Org.). *Sociologia Rural*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, p. 33-61, 1969.
- MORMONT, Marc. Vers une Redéfinition du rural. In: *Recherches Sociologiques*, v. XX, n. 3, 1989. p. 331-350.
- _____. A la recherché des spécificités rurales. In: JOLLIVET, Marcel. (Org.). *Versun rural postindustriel*. Paris: Éditions L'Harmattan, p. 17-44, 1997.
- MOURA, Cristina Patriota de. O urbano e suas múltiplas dimensões. In: *Anuário Antropológico* [Online], v. II, 2013, p. 02-05, 2013.
- NASCIMENTO, Dorval do; BITENCOURT, João Batista. (Org.). *Dimensões do urbano: múltiplas facetas da cidade*. Chapecó/SC: Argos Editora da Unochapecó, 2008.
- NUNES, Brasilmar Ferreira. As ciências sociais e a cidade. In: *Sociologia e cultura*. Goiânia, v. 15, n. 02, jul./dez., p. 443-446, 2012.
- PARK, Robert Ezra. A cidade: sugestões para a investigação do comportamento humano no meio urbano. In: VELHO, Gilberto. *O fenômeno Urbano*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979 [1925], p. 26-67.
- PARRA, Felipe Espinosa. Algunos conceptos de debate sobre la ciudad creativa. In: *El topo: revista de sociologia cultural y urbana*. Gran Valparaíso, Chile, p. 01-02, 2011.
- PORTER, Michael E. *Estratégia competitiva*. Rio Janeiro: Campus, 1991.
- RADCLIFFE-BROWN, Alfred Reginald. *Estrutura e função na sociedade primitiva*. (Coleção Antropologia). Petrópolis: Vozes, 1973 [1952].
- REDFIELD, Robert. *The little community and peasant society and culture*. Chicago: Midway Reprint, 1956.
- RIFIOTIS, Theophilos. Antropologia do Ciberespaço: questões teórico-metodológicas sobre pesquisa de campo e modelos de sociabilidade. In: *Antropologia em Primeira Mão*. n. 51, Florianópolis, p. 01-19, 2002.
- RITZER, George. *Sociology: A Multiple Paradigm Science*. Boston: Allyn. & Bacon, 1975.
- RODRIGUES, Walter. Urbanidade e novos estilos de vida. In: *Sociologia: problemas e práticas*. Lisboa. Centro de Investigação e Estudos em Sociologia (C.I.E.S./I.S.C.T.E). n. 12, 1992, p. 91-107, 1992.
- SAHLINS, Marshall. *Ilhas de história*. Rio de Janeiro: Zahar, 1990 [1987].
- SANT'ANNA, Maria Josefina Gabriel. A concepção de cidade em diferentes matrizes teóricas das Ciências Sociais. In: *Revista Rio de Janeiro*. n. 9, p. 91-99, jan./abr, 2003.
- SASSEN, Saskia. *As cidades na economia mundial*. São Paulo: Studio Nobel, 1999.

- SAUNDERS, Peter. *Social theory and the urban question*. Nueva York: Holmes and Meier, 1986.
- SCHWARTZ, Yves. Conceituando o trabalho, o visível e o invisível. In: *Trabalho Educação e Saúde*, v. 9, supl. 01, p. 19-45, 2011.
- SCOTT, Allen J. et al. Cidades-regiões globais. *Espaço & Debates*, 41, ano XVII, 2001.
- SILVA, Clécio Azevedo da; ROCHA, Fernando Goulart. Contribuições da sociologia rural norte-americana e europeia aos conceitos de rural, urbano e suas relações. In: *Cuadernos de Geografía: revista colombiana de geografía*. Bogotá, Colombia, v. 20, n. 02, p. 09-19, julio-diciembre, 2011.
- SILVA, Manuel Carlos. *Sócio-antropologia rural e urbana: Fragmentos da sociedade portuguesa (1960-2010)*. Porto: Edições Afrontamento, 2012.
- SILVER, Daniel; CLARK, Terry Nichols; YANEZ, Clemente Jesus Navarro. Scenes: Social context in an Age of Contingency. In: *Social Forces*, v. 88, n. 05, p. 2293-2324, July, 2010.
- _____. The power of scenes: quantities of amenities and qualities of places. In: *Cultural Studies*, v. 29, n. 03, p. 425 - 449, 2015.
- SIMMEL, Georg. A metrópole e a vida mental. In: VELHO, Gilberto. *O fenômeno Urbano*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979 [1902], p. 11-25.
- _____. *Questões fundamentais da sociologia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2006 [1917].
- SOROKIN, Pitirim *et al.*. Diferenças fundamentais entre o mundo rural e o urbano. In: MARTINS, José de Souza (Org.). *Introdução crítica à sociologia rural*. São Paulo: Hucitec, 1981, p.138-169.
- TÖNNIES, Ferdinand. *Comunidad y sociedad*. Buenos Aires: Editorial Losada. 1947 [1887].
- TOPALOV, Christian. Hacer la historia de la investigación urbana: la experiencia francesa desde 1965. In: *Sociológica: Revista del Departamento de Sociología de la Universidad Autónoma Metropolitana-Azcapotzalco*. año 5, n. 12, p. 175-207, 1990
- VALLADARES, Lícia do Prado. (Org). *A Escola de Chicago*. Impacto de uma Tradição no Brasil e na França. Rio de Janeiro/Belo Horizonte: UFMG/IUPERJ, 2005.
- VALLADARES VIELMAN, Luis Rafael. (Org.). *La Ciudad: Antecedentes y nuevas perspectivas*. Guatemala: CEUR, USAC, 2012.
- VAN VELSEN, Jaap. Análise situacional e método de estudo de caso detalhado. In: FELDMAN-BIANCO, Bela. (Org.). *Antropologia das sociedades contemporâneas: métodos*. São Paulo: UNESP, (2010 [1967], p.437-468.
- VELHO, Gilberto (Org.). *O desafio da cidade: novas perspectivas da antropologia brasileira*. Rio de Janeiro: Campus, 1980.
- _____. Unidades e fragmentações em sociedades complexas. In: *Projeto e metamorfose: Antropologia das sociedades complexas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994, p. 11 - 3. .
- _____. (Org.). *Antropologia urbana*. Cultura e sociedade no Brasil e em Portugal. (2. ed.). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.
- _____. O futuro das ciências sociais e a importância de seu passado. In: *Sociologia, Problemas e Práticas*. n. 48, p.11-18, 2005.
- _____. *Antropologia urbana: interdisciplinaridade e fronteiras do conhecimento*. In: *Mana*, v. 17, n. 01, p.161-185, 2011.
- _____. *Um antropólogo na cidade*. Ensaios de antropologia urbana. [Organizadores: Hermana Vianna, Karina Kuschnir e Celso Castro]. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2013.

_____. ; MACHADO, Luiz Antônio. Organização social do meio urbano. In: *Anuário Antropológico*. (76). Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, p. 71-82, 1976.

_____. ; KUSCHNIR, Karina. (Org.). *Pesquisas urbanas: desafios do trabalho antropológico*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

VIDICH, Arthur J.; LYMAN, Stanford M. Métodos qualitativos: sua história na Sociologia e na Antropologia. In: DENZIN, Norman K.; LINCOLN, Yvonna S. [(Org.). *O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens*, 2006, p. 49-90

VILARREAL, Claudia C. Zamorano. La aplicación de lanoción de estrategiaenlostudios urbanos franceses: lasestrategiasresidenciales. In: Sociológica. *Revista del Departamento de Sociología de laUniversidad Autónoma Metropolitana-Azcapotzalco*, año 18, n. 51, p. 165-187, enero-abril, 2003.

WALTON, John. La nueva sociología urbana. In: *Revista internacionale de ciencias sociales*, v. XXXIII, n. 02, p. 409-428, 1981.

WEBER, Max. Weber. Conceito e categoria da cidade. In: VELHO, Gilberto. *O fenômeno Urbano*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979 [1921], p. 68-89.

WIRTH, Louis. O urbanismo como modo de vida. In: _____. *O fenômeno Urbano*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979 [1938], p. 90-113.